



ÁREAS PARA ECOTURISMO: CONCEITOS, REFLEXÕES, DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS, MÉTODOS DE PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL

1); LAZAROTTO, Gerusa. (2); LIMBERGER, Lucienne R. L.

(3); PIPPI, Luis Guilherme A.

(1) Arquiteta e Urbanista, Professora Substituta da Universidade Federal de Santa Maria no Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Campus da UFSM – Curso de Arquitetura e Urbanismo – CAU – Camobi – RS - BRASIL - Cep: 97105-900

E-mail: gelazarotto@yahoo.com.br

(2) Arquiteta e Urbanista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS e Professora Assistente da Universidade Federal de Santa Maria no Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Campus da UFSM – Curso de Arquitetura e Urbanismo – CAU – Camobi – RS - - BRASIL - Cep: 97105-900

E-mail: lulimbe@smail.ufsm.br

(3) Arquiteto e Urbanista, Mestre do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC e Professor Assistente da Universidade Federal de Santa Maria no Curso de Arquitetura e Urbanismo

Campus da UFSM – Curso de Arquitetura e Urbanismo – CAU – Camobi – RS - - BRASIL - Cep: 97105-900

E-mail: guiamy@hotmail.com

RESUMO

Proposta: O ecoturismo nos oferece a oportunidade de garantir a conservação dos ecossistemas naturais e a qualificação de um ambiente respeitando a natureza de um patrimônio natural ou de um ambiente com potencialidades ambientais e paisagísticas. Na implantação dessa atividade nem sempre a infra-estrutura, o mobiliário, os equipamentos e a vegetação, estão envolvidos no processo projetual paisagístico, contribuindo para impactos negativos no patrimônio natural e cultural que se pretende conservar. O objetivo desse artigo é auxiliar, todos os envolvidos, diretos ou indiretamente, no processo de concepção e manutenção de áreas de preservação ambiental. **Método de Pesquisa /Abordagens:** Conceitos, objetivos, problemas, diretrizes, estratégias, métodos de planejamento, materiais alternativos, exemplos de intervenções bem sucedidas relacionadas ao ecoturismo. **Resultados:** Os arquitetos paisagistas, técnicos, empreendedores, instituições públicas e privadas envolvidas, prefeitura e população local são os responsáveis pelo projeto, funcionamento e relação entre todos os elementos. Todos devem ter participação no processo, contribuindo para a educação ambiental, o preparo técnico, a capacitação de pessoal, a criação de emprego, a manutenção e a divulgação do processo. A manutenção dos elementos naturais e dos ecossistemas é o foco do projeto e está estreitamente ligado aos princípios de sustentabilidade. Este princípio também se aplica aos materiais empregados no projeto, onde a responsabilidade do projetista é ainda maior, devendo permitir a flexibilidade, a modulação, a montagem / desmontagem e a re-locação dos elementos sem impactos e sem deixar resíduos no ambiente. **Contribuições / Originalidade:** A criação de atrativos paisagísticos alternativos possibilita aos usuários desfrutar do ambiente com responsabilidade, tornando-os mais um elemento responsável pela conservação dos espaços naturais garantindo a sua manutenção e valorização, tanto ambiental como comunitária, possibilitando que o ecoturismo possa se integrar com a natureza, garantindo assim a prosperidade do ambiente e a qualidade de vida da comunidade.

Palavras-Chave: Ecoturismo, Projetos Paisagísticos e Planejamento Sustentável.

ABSTRACT

Proposal: Ecotourism offers us the opportunity to guarantee the conservation of natural eco-systems and the equipping of environments, respecting the nature of a natural heritage or an environment with landscape or environmental potential. In the implantation of this activity, not always are the infrastructure, furniture, equipments and vegetation considered in the landscape project process. This contributes to negative impacts on the natural and cultural heritage intended to be conserved. The objective of this article is to aid all those involved, directly or indirectly, in the process of conception and maintenance of environmental preservation areas. **Research Method/Approach:** Concepts, objectives, problems, directives, strategies, planning methods, alternative material, examples of successful ecotourism interventions. **Results:** Landscape architects, technicians, businesses, public and private institutions involved, the city and the local population are responsible for the project, the operation and the relationship between all of its elements. All should have participation in the process, contributing to environmental education, technical preparation, employee qualification, the creation of jobs, the maintenance and publicity of the process. The maintenance of natural elements and of ecosystems is the focus of the project and is strongly connected to the principals of sustainability. This principal also applies to the material utilized in the project, where the responsibility of the designer is even greater, and where the material should allow flexibility, modulation, the assembly and disassembly and relocation of elements without leaving impacts or residues in the environment. **Contributions / Originality:** The creation of alternative landscape attractions allows users to enjoy nature responsibly, making them another element responsible for the conservation of natural spaces and assuring their maintenance and appreciation and allowing ecotourism to integrate with nature in order for the prosperity of the environment and the quality of life of the community.

Keywords: Ecotourism, Landscape Projets, Sustentable Planning.

1 INTRODUÇÃO

Na última década, o ecoturismo adquire mais força e continua se expandindo até os dias atuais, como oposição ao turismo de massa. E considerando que a natureza é hoje um dos principais atrativos para a atividade turística, é necessária a preocupação constante com a manutenção do meio ambiente. Atualmente o turismo ecológico é considerado um grande atrativo em diversas regiões no mundo, principalmente nas litorâneas e montanhosas, o que pode vir a contribuir para o desenvolvimento, de maneira positiva e conservacionista, incorporando em seu projeto e manejo estratégias baseadas em métodos de planejamento e materiais alternativos. Mas em contrapartida, se o turismo ecológico não for bem planejado, implantado e controlado, pode vir a causar diversos problemas e impactos destrutivos sobre o meio ambiente.

O presente artigo propõe-se a auxiliar, todos os envolvidos, diretos ou indiretamente, no processo de concepção e manutenção de áreas de preservação ambiental. Para tanto em um primeiro momento pretende-se analisar os conceitos sobre ecoturismo em seus aspectos tanto positivos, como negativos (controvérsias e desequilíbrios), bem como a relação desta atividade, surgida ao redor do mundo em meados dos anos 90, em oposição à insustentabilidade e ao turismo depredatório em massa.

O estudo também pretende ilustrar as diretrizes e os objetivos desta modalidade turística, possibilitando proteger o meio ambiente natural e cultural de uma determinada região, através da introdução desta atividade em ecossistemas, com potencial ambiental e paisagístico (mar, lagoas, mangues, banhados, rios, córregos encostas, falésias, mata atlântica, dunas, restingas, nascentes), permitindo criar base local para Parques Nacionais ou Estaduais.

Desta forma, pretende-se estabelecer um programa baseado na integração sistêmica, da população local e de empresas e organizações que possam contribuir de maneira positiva, sensível e consciente aos aspectos ambientais, possibilitando um planejamento conjunto e desta forma melhorando as necessidades reais do lugar, garantindo assim a qualidade da paisagem e de seus recursos naturais.

O ecoturismo nos oferece a oportunidade de garantir a conservação dos ecossistemas naturais e a qualificação de um ambiente respeitando a natureza de um patrimônio natural (ou de um ambiente em potencial, isto é, com potencialidades ambientais e paisagísticas). Assim, entendemos que por trás do turismo sustentável, existe uma série de princípios ecológicos, que buscam garantir a sobrevivência econômica para o local, ao mesmo tempo em que beneficiam a população e o meio ambiente garantindo assim a perpetuação de suas atividades no presente e futuro.

2 CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS DO ECOTURISMO

Segundo a EMBRATUR (1995) “*O ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas*”.

O ecoturismo busca o compromisso do homem com a natureza, a responsabilidade social e o envolvimento dos aspectos culturais de uma comunidade, estabelecendo uma nova relação entre os mesmos, e garantindo, através do uso sustentável a conservação do patrimônio natural bem como o desenvolvimento econômico, possibilitando a qualificação cênica da paisagem, através da integração entre os recursos naturais e as tecnologias projetuais utilizadas.

O turismo tem um forte viés comercial, muitas vezes o termo ecoturismo é utilizado de forma incorreta, baseando-se na mercantilização da natureza, isto é, sua transformação em um produto vendável, oferecido pelo marketing, com fins apenas consumistas. Esta política desordenada é impulsionada pela oportunidade do mercado de negócios. Na verdade, o ecoturismo é um fenômeno muito complexo, pois o mesmo pode ser interpretado conforme diferentes vertentes, dentro do universo ambientalista bem como no universo dos negócios. No ecoturismo, tem-se sempre a possibilidade alternativa de se combater os impactos negativos sobre o meio ambiente, cultura e estética de um determinado lugar. Existem diversas segmentações provindas do ecoturismo, para atrair a clientela amadora ou profissional: as de observação (fauna, flora e paisagem natural), científica, aventura, esportiva e outros.

3 PROBLEMAS DIVERSIFICADOS

A falta de informação e compreensão é responsável por diversos danos culturais e ambientais provocados pelos usuários que tanto podem ser a população local, os turistas ou empreendedores de áreas com potencial turístico. Outro fator que contribui para a degradação ambiental, principalmente nos países subdesenvolvidos, é a urbanização intensa e desordenada de nossas cidades, provocadas entre outros fatores pela: especulação imobiliária; ocupação ilegal das áreas de preservação; destruição do ambiente natural; segregação social; privatização dos espaços; falta de espaços públicos; falta de fiscalização por parte do poder público; ausência de regulamentação; falta de rede de infra-estrutura; descaracterização e degradação da cultura local.

Todos esses fatores, somados as aspirações desconectas entre a comunidade e os empreendedores e a falta de diretrizes para áreas com potencial turístico, faz com que o ecoturismo se projete somente como um produto vendável pelo mercado e não apresente as qualificações necessárias para satisfazer as necessidades locais, comprometendo as questões ambientais, culturais e sociais.

Segundo MENDONÇA (1996, pg.23) “*A desconsideração dos elementos culturais locais no planejamento e desenvolvimento de atividades turísticas está profundamente relacionada à degradação ambiental gerada na grande maioria das localidades turísticas, tanto no Brasil, como no exterior, podendo encontrar-se exemplos semelhantes por todo o mundo. As comunidades nativas conhecem muito bem às características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação. Sua participação ativa pode dar os parâmetros da sustentabilidade da atividade turística. Só assim elas, e igualmente as gerações futuras, poderão ser beneficiárias deste desenvolvimento. Até aqui os povos nativos têm sido descartados deste processo, aumentando cada vez mais os índices de pobreza e marginalidade, sobretudo na faixa tropical do planeta, aonde a riqueza e diversidade de atrativos turísticos é extraordinária*”.

O ecoturismo está vinculado diretamente ao ambiente natural, aos ecossistemas existentes. A demanda de usuários e visitantes (ativos ou passivos) pode vir a comprometer os propósitos sustentáveis, conforme os diferentes níveis de impacto no ambiente (água, solo, ar, fauna e flora). Para minimizar os efeitos ou mitigar estes impactos é preciso uma gestão organizada que controle constantemente a qualidade, integridade e sustentabilidade do lugar.

4 DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS E PLANEJAMENTO

Primeiramente é preciso se fazer uma análise completa e constante da paisagem, das belezas naturais, do funcionamento de seus ecossistemas e dos impactos ambientais já existentes no local, para que sejam formuladas estratégias e diretrizes que possam acabar ou minimizar os problemas e assim garantir a conservação dos recursos naturais e o bem estar da comunidade local. Para isto é preciso determinar os locais em que será desenvolvido o ecoturismo e a forma como o mesmo será aplicado.

Para possibilitar a análise completa e constante acompanhamento da qualidade da paisagem é preciso considerar as seguintes diretrizes estratégicas:

- ordenação estratégica territorial da paisagem;
- inventário das condições e limites dos recursos naturais e sócio-econômicos (capacidade do ambiente para suportar a atividade e seus impactos);
- conhecimento das potencialidades e fragilidades dos ecossistemas;
- o zoneamento ecológico e o saneamento ambiental;
- o monitoramento e gestão da paisagem.
- introdução de políticas públicas ambientais, cujas estratégias estão baseadas no desenvolvimento ecoturístico do local;
- a educação ambiental;

Uma forma de implementar esse monitoramento da qualidade da paisagem é através da utilização de um sistema informações (banco de dados), representadas no quadro abaixo, onde se espacializa, todas as informações sobre o meio natural, para que se possa avaliar com maior precisão os impactos sobre a paisagem.

Esse sistema facilita a atualização das informações e contribui para o monitoramento permitindo o acompanhamento, a divulgação dos dados ambientais à comunidade (autoridades competentes, população local e turistas) e a proposição de diretrizes para a área, minimizando os danos ambientais, culturais e sociais sobre uma paisagem.

Em 18 de junho de 2000, foi aprovado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – Lei n.º 9.985, que define o conceito de unidade de Conservação em seu **art. 2.º**:

Para LIMA-E-SILVA (2002, p. 236, grifo nosso), **Unidade de Conservação**: *área de domínio público ou privado protegida por lei que, de acordo com seu nível de abrangência e sua função no planejamento global de áreas protegidas, estará sob jurisdição Federal, Estadual ou municipal. È classificada em diversas categorias de manejo (p. ex. PARQUE NACIONAL, ESTAÇÃO ECOLÓGICA, RESERVA BIOLÓGICA, ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, etc) segundo as diferentes vocações e funções que exercem dentro dos objetivos de conservação da BIODIVERSIDADE. A UC é a denominação brasileira para as áreas protegidas pelo Poder público com a finalidade de resguardar espaços representativos dos recursos naturais do País. 2. Leg. Espaço territorial especialmente protegido pelo Poder público Federal, estadual e municipal. (Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981). (LIMA-E-SILVA ET. AL., 2002, p. 236, grifo nosso).*

As Unidades de Conservação da Natureza podem ser classificadas segundo o quadro 01 (figura 1) a seguir: em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	
UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL
Estação Ecológica -EE	Área de Proteção Ambiental -APAs
Reserva Biológica -RB	Área de Relevante Interesse Ecológico -ÁRIES
Parque Nacional -PN	Floresta Nacional -FN
Monumento Natural -MN	Reserva Extrativista -REx
Refúgio de Vida Silvestre -RVS	Reserva da Fauna -RF
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável -RDS
	Reserva Particular do Patrimônio Natural -RPPN

Figura 1: Quadro Esquemático das Unidades de Conservação - UCs

Fonte: Brasil (2001) e Westphal (2002).

A figura 1 ilustrada abaixo, apresenta-nos o quadro esquemático da estruturação de funcionamento das Unidades de Conservação – UCs em áreas propícias as práticas ecoturísticas, bem como a sua relação com as equipes de capacitação e usuários, de maneira a fomentar a educação ambiental e participativa de todos os agentes envolvidos no processo (comunidade, turistas e técnicos), o monitoramento e gestão ambiental integrada, propiciando assim a sustentabilidade ambiental e cultural do local.

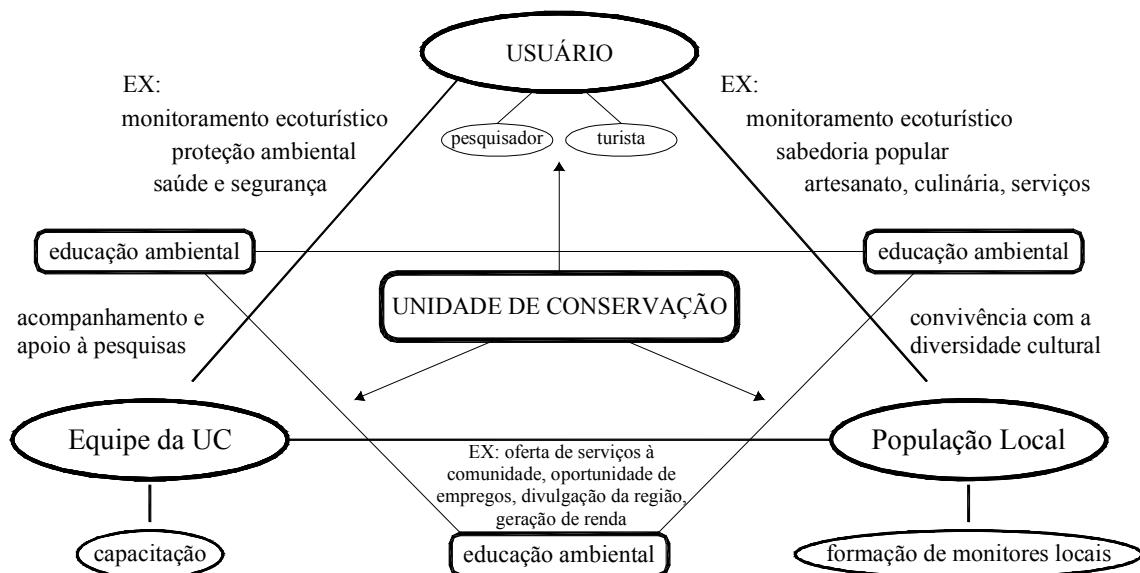


Figura 2: Quadro Esquemático Estruturador das Unidades de Conservação com a educação Ambiental

Fonte: Figueiredo (1997, p.67).

Para garantir a sustentabilidade local, outros elementos devem ser considerados na elaboração de diretrizes para intervenção em uma paisagem:

- a definição do público alvo;
- a identificação das áreas de interesse ambiental e cultural;
- a elaboração o programa (roteiro) que cumpra com suas funções e necessidades de conservação do ambiente e atenda às expectativas do usuário criando atrativos diversificados;
- a identificação dos elementos projetuais paisagísticos do ecoturismo;
- a especificação adequada dos materiais componentes e técnicas construtivas do mobiliário, equipamentos e infra-estrutura necessárias;
- a implementação do projeto de paisagismo buscando o menor impacto possível aos ecossistemas;
- a preparação dos guias e a organização administrativa (constituída por moradores, gestores de recursos, guias, operadores comerciais, proprietários de pousadas, funcionários ligados ao ambiente, vendedores locais);
- a definição de estratégias e gestão para diminuição de impactos ambientais (a erosão de trilhas, o maltrato aos animais e a destruição de equipamentos);
- controle do número de visitantes, formando pequenos grupos por visita guiada;

O quadro abaixo apresenta, de forma esquemática a representação sistêmica dos elementos que necessariamente devem estar envolvidos no projeto de ecoturismo. Isto significa que se um desses elementos não estiver engajado no processo projetual, ele pode contribuir como impacto negativo no patrimônio natural e cultural que se pretende conservar, ou seja, o projeto não estaria cumprindo com o seu papel de preservação e educação ambiental.

Os arquitetos paisagistas, técnicos, empreendedores, instituições públicas e privadas envolvidas, prefeitura e população local são os responsáveis pelo projeto, funcionamento e relação entre todos os elementos. Todos devem ter participação no processo projetual, contribuindo para a educação ambiental, a capacitação de pessoal, o preparo técnico, a criação de emprego, a manutenção e divulgação do processo.

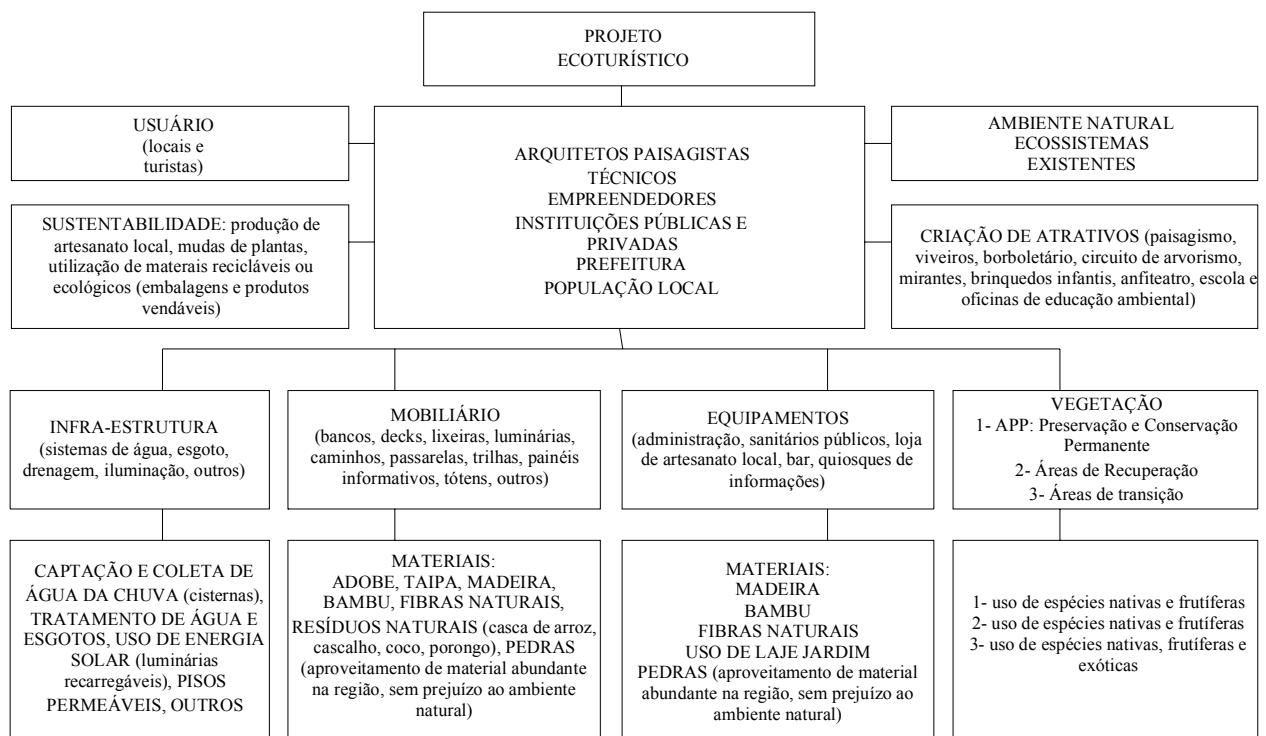


Figura 3: Quadro Esquemático dos Elementos Envolvidos no Processo Projetal Paisagístico do Ecoturismo

Fonte: Lazarotto, Limberguer e Pippi, 2005.

A criação de atrativos possibilita atender as expectativas do usuário para que este desfrute do ambiente de forma mais integrada, com responsabilidade e educação ambiental, tornando-se mais um elemento responsável pela conservação da paisagem.

A manutenção dos elementos naturais e ecossistemas é o foco do projeto e está estreitamente ligado aos princípios de sustentabilidade com o artesanato local, a produção de mudas, entre outros. Este princípio também se aplica aos materiais empregados no projeto, onde a responsabilidade do projetista é ainda maior, devendo permitir a flexibilidade, a modulação, a montagem, a desmontagem e a relocação dos elementos sem impactos e sem deixar resíduos no ambiente.

A seguir são apresentados nas figuras 3.1 e 3.2 alguns exemplos em que os elementos inscritos no quadro da figura 2 foram empregados.



Edificação com cobertura de laje jardim.
Fonte: The Best of Fine Homebuilding, 1997



Edificação com estrutura de bambu.
Fonte: www.bambubrasileiro.com
- 1557 -



Edificação com estrutura, fechamento e cobertura de madeira. EUA.
Fonte: arquivo pessoal PIPPI, 2001.



Trilha do modelo restinga
Parque da Gleba E, Rio de Janeiro, RJ.
Fonte: DOURADO – ABAP, 1997.



Caminho sinuoso da área de recreação, Lago Kincaid, Louisiana, LO, EUA
Fonte: National Forests of América Series, 1993.



Trilha para caminhada com revestimento natural.
Fonte: arquivo pessoal PIPPI, 2001.

Figura 3.1: Ambientes externos integrados à natureza, equipamentos e materiais alternativos para o projeto paisagístico.



Passarela em madeira
Jardim Botânico, Porto Alegre, RS.
Fonte: arquivo pessoal PIPPI, 2005.



Passarela em madeira
Jardim Botânico, Curitiba, PR.
Fonte: arquivo pessoal LAZAROTTO, 2005





Brinquedo infantil - estrutura de bambu e cobertura com fibra natural

Fonte: www.bambubrasileiro.com



Brinquedo infantil - estrutura de madeira, Parque Interpraias, Camboriú, SC.

Fonte: arquivo pessoal LAZAROTTO, 2003.

Painel informativo
Jardim Botânico, Porto Alegre, RS.
Fonte: arquivo pessoal PIPPI, 2005.



Anfiteatro ao ar livre em madeira
Unilivre, Curitiba, PR.
Fonte: arquivo pessoal LAZAROTTO, 2005.



Deck em madeira
Lago Conasauga, Chattahoochee, Geórgia, EUA
Fonte: National Forests of América Series, 1993.

Figura 3.2: Mobiliários, equipamentos e materiais alternativos para o projeto paisagístico.

Para que as diretrizes do turismo ambiental tenham eficiência, é preciso levar em consideração os tipos de visitantes, considerando-se o número e o tempo de estadia no local. Também é preciso levar em consideração a tolerância do local e a sua vulnerabilidade quanto aos impactos e perturbações originados pelos usuários (locais e turistas), isto é, conforme os grupos, funções ou profissões de cada um: excursões, grupos escolares, visitantes individuais, mochileiros, campistas, cientistas, pesquisadores, colecionadores, fotógrafos (amadores e profissionais), praticantes de atividades náuticas, mergulhadores, naturalistas, aventureiros, observadores da fauna e flora e outros.

Para que se obtenha um sistema eficiente de diretrizes é preciso implementar um sistema integrado e participativo atendendo a todos os setores na elaboração das diretrizes ecoturísticas: comunidade, empresas privadas, organizações sem fins lucrativos, guias turísticos, intérpretes, autoridades governamentais e órgãos nacionais e locais, grupos eucênicos (diferentes religiões), indústria do turismo (operadores), varejistas de equipamentos de camping, associação ao consumidor e técnicos com especialidade na área como biólogos, engenheiros ambientais e florestais e arquitetos paisagísticos.

Esta integração se faz necessária, para a gestão do território e a conservação das áreas protegidas (áreas de preservação permanente, de conservação, de recuperação, de transição, parques, etc). Outro fator muito importante a ser implantado é a educação ambiental para, a população local, todas as organizações envolvidas e o turista.

Devemos também levar em consideração, para a melhor eficácia do programa, os seguintes aspectos: financiamento do mesmo, os colaboradores, os doadores, os participantes, os voluntários, a administração e o zoneamento do local (uso intensivo, extensivo e científico), etc; avaliando os

benefícios e a qualidade adquirida, conforme o contexto físico (paisagem e seus elementos, etc), social (habitantes e turistas) e administrativo (guardas florestais, guias, autoridades locais). Os interesses que estão por trás desta atividade turístico-ecológica, visam, portanto a redução dos impactos sobre os ecossistemas locais, através das seguintes diretrizes ambientais:

- tratar o lixo e os dejetos humanos;
- combater à poluição e degradação dos recursos naturais;
- introduzir programas ambientais e de re-educação ambiental;
- integrar a comunidade local;
- incentivar o transporte alternativo;
- usar estratégias de racionalização e conservação sustentável dos recursos naturais;
- buscar a qualidade de ambiência natural nas acomodações (arquitetura, materiais construtivos, localização);
- localizar os locais adequados para acampamento;
- identificar os locais próprios para as fogueiras e a coleta de lenha;
- localizar as trilhas possibilitando a proteção das espécies e de seus habitats;
- identificar os locais de observação, fotografia, alimentação e contato com os animais;
- proteger os mananciais de água;
- monitorar os níveis de ruído;
- controlar o tamanho dos grupos;
- fiscalizar a coleta souvenirs naturais.

Além destas diretrizes ambientais, podemos ainda incentivar a criação de diretrizes sociais e econômicas garantindo a sustentabilidade do empreendimento e consequentemente da paisagem como: compra de produtos (mudas, artesanato, arte e alimentos produzidos), pagamento de serviços e ingressos, doações para entidades locais sem fins lucrativos, entre outras.

Existem alguns fatores que podem vir a interferir de maneira negativa no ambiente natural, interferindo no seu funcionamento normal, para isto, faz-se necessário a introdução de diretrizes sociais permitindo a colaboração dos líderes comunitários e da comunidade no processo, bem como da administração responsável, que deve criar normas específicas para os seguintes quesitos: direitos do cidadão, costumes e tradição local, crenças religiosas, permissão para fotografar, comportamento em relação à mendicância, uso e abuso dos dispositivos tecnológicos, controle sobre fumo, bebidas alcoólicas e gorjetas, outros.

5 CONCLUSÃO

O trabalho apresenta algumas estratégias que possibilitam “despertar” a consciência dos profissionais envolvidos (arquitetos paisagistas, técnicos, empreendedores, instituições públicas e privadas envolvidas, prefeitura e população local) no projeto e implantação de uma atividade ecoturística. A partir do conhecimento dos conceitos, objetivos, diretrizes, métodos de planejamento e alguns exemplos de intervenções os profissionais dispõem de elementos que permitem destacar os atrativos paisagísticos. Os materiais alternativos, por sua vez, permitem garantir a flexibilidade, modulação, montagem, desmontagem e re-locação dos elementos, sem deixar resíduos no ambiente, possibilitando garantir a manutenção dos elementos naturais e dos ecossistemas com o mínimo de impacto na paisagem.

Por outro lado à educação ambiental e a capacitação dos técnicos envolvidos, permite que os diferentes usuários (locais e turistas) tenham informações suficientes para desfrutar do ambiente com responsabilidade, tornando-os mais um elemento responsável pela conservação dos espaços. Essa

integração paisagem – projeto - usuário garante a manutenção e valorização, tanto ambiental como comunitária, do ecoturismo, permitindo dessa forma a prosperidade e a qualidade de vida da comunidade e do meio ambiente.

O trabalho destaca ainda, que além dos condicionantes e diretrizes apresentadas, também se faz necessário o respeito à legislação ambiental vigente, bem como a sua aplicação e fiscalização pelos órgãos competentes auxiliados pela comunidade, para assim garantir a harmonia e a sustentabilidade do meio ambiente.

Precisamos lutar para a preservação dos espaços naturais e assim garantir a sua manutenção e valorização, tanto ambiental como comunitária, beneficiando a todos os que ali vivem e seus visitantes. Devemos, portanto focalizar a atividade turística centrada na natureza, na cidadania e cultura de um determinado lugar, possibilitando que o turismo se integre com a natureza de maneira menos destrutiva, permitindo qualidade de vida e prosperidade da comunidade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente - MMA. Lei Federal n.º 9985/00. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília, 2000. 29p.

DOURADO, Guilherme Mazza. **Visões de Paisagem: Um Panorama do Paisagismo Contemporâneo no Brasil**. Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas – ABAP. Guilherme Mazza Dourado (org.). São Paulo, 1997.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso. **Ecoturismo e Participação Popular no manejo de áreas Protegidas**. In: Turismo e Ambiente – Reflexões e propostas. RODRIGUES, Adir. Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

KANE, Sharyn e KEETON, Richard. **Southern National Forest**. National Forest of America. Copyright by Falcon Press Publishing Co. Inc. Helena and Billings, Montana, 1997.

LIMA-E-SILVA, Pedro P. (et. Al.). **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Thex Ed, 2002.

LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão** Editora SENAC, São Paulo, 1999.

MENDONÇA, Rita. **Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?** In: LEMOS, Amália I. G de. **Turismo: Impactos Socioambientais** Editora Hucitec, 1996.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e Ambiente reflexões e propostas**. Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

SITE **EMBRATUR**: Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>> Acesso em 10 de nov. 2005.

SITE: **BAMBÚ BRASILEIRO** Disponível em: <<http://www.bambubrasileiro.com>> Acesso em 10 de nov. 2005.

VASCONCELOS, Fábio P. **Turismo e Meio Ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998.

WESTPHAL Dulci E. (comp. e org). FATMA – Fundação do Meio Ambiente. Santa Catarina (Estado), Leis, Decretos, etc. **Coletânea da legislação ambiental aplicável no Estado de Santa Catarina** – Florianópolis: FATMA, 2002.